

Entrevista RLP

"A possibilidade de minha candidatura tem vindo a fortalecer-se".



Jornal "O TEMPO"

Jornalista; Aníbal
Mendonça

12 Abril 1985

MARIA DE LURDES PINTASILGO

'A possibilidade da minha candidatura tem vindo a fortalecer-se'

Anibal Mendonça

«A possibilidade da minha candidatura se tornar um facto tem vindo a fortalecer-se e a consolidar-se ao longo dos últimos meses» — disse ao «Tempo» a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo.

A conselheira pessoal do Presidente da República justificou a sua afirmação dizendo que «face à instabilidade política que reina no País e à degradação das condições de vida dos portugueses, é um imperativo ético o exercício das responsabilidades que cada um de nós sente que pode assumir».

«TEMPO» — A candidatura irá então para a frente quaisquer que sejam as circunstâncias?

MARIA DE LURDES PINTASILGO — Uma candidatura não é um acto isolado na vida política. A sua concretização tem de corresponder, em primeiro lugar, à existência de um propósito claro sobre o futuro do nosso País. Esse propósito existe e em devido tempo será tornado público.

Mas uma candidatura depende também da avaliação das forças em presença na vida política. Os próximos tempos permitirão aferir quem é quem nas eleições presidenciais. Penso no entanto que é chegado o momento de pôr de lado a actual fragmentação e caminhar no sentido da convergência e da concertação.

«T» — Não se trata então de uma atitude «voluntarista» da parte da sr.ª eng.ª, levando a sua determinação até às últimas consequências, sem olhar a mais nada?

M.L.P. — Se a atitude é voluntarista, sê-lo-á apenas num sentido: o aprofundamento da democracia participativa é um preceito constitucional que reveste, na minha acção, a forma de um objectivo constante. Sendo assim, não coloco as normas exigidas pela democracia participativa como metas longínquas de um programa. São também essas normas que me guiam na tomada de decisão, que assim não pode deixar de reflectir a participação de todos aqueles que se encontram, de um modo ou de outro, directamente envolvidos na minha candidatura.

«T» — Mas um tal processo participativo supõe uma decisão firme da parte da sr.ª eng.ª...

M.L.P. — Sem dúvida. Ninguém tem o direito de envolver outros numa acção política se não tiver tomado no seu foro íntimo uma decisão. Decidir com firmeza é uma certa maneira de estar na vida e, assim, de estar na política. Mas a decisão firme é, também, uma exigência do momento que vivemos. Fazemos face há mais de dez anos a decisões adladas, a regras pouco claras de funcionamento, a secretismos e jogos de bastidores. Por isso, alastram na sociedade portuguesa a decepção e o desencanto. O horizonte do nosso futuro nacional só pode abrir-se para a esperança se esta for alicerçada em actos que traduzam no real as intenções. Ora, para se agir, tem de se saber claramente o que se quer.

«T» — Como explica o facto de o País se encontrar em tal estado de paralisia política?

M.L.P. — O funcionamento meramente mecânico, formal, da democracia representativa apenas nos deu a aparência da estabilidade política. Duas fortes coligações, assentes na sólida legitimidade democrática da votação popular, não conseguiram traduzir essa força em objectivos claros e rigorosos para a melhoria de vida da população portuguesa. Não cumpriram enquanto Governo os programas que haviam apresentado perante o Parlamento. Este, em

vez de controlar o Governo, passou a ser controlado por ele. As coligações foram o palco de constantes sobressaltos, provocados não pelo Parlamento — onde têm assento os representantes dos eleitores — mas pelas questões internas dos partidos e pelo critério patente de permanência no poder a todo o custo.

A «estabilidade política» não tem sido nestes 5 anos senão a estagnação de toda a vida económica e social. A falta de regras claras na vida económica retraiu o investimento e impediu os empresários com iniciativa de se modernizarem e de arriscarem em novos empreendimentos. A vida social conduziu a um estado de coisas em que a fome tem figura humana, em que os pobres se vêem desprotegidos e desamparados, e em que a classe média olha com apreensão o futuro.

«T» — Como sair de tal situação?

M.L.P. — É, antes do mais, um problema de entendimento da democracia. A meu ver, a democracia não pode bastar-se a si própria. Ela assenta num conjunto de instituições e no funcionamento adequado dessas instituições. Mas torna-se um mero mecanismo se não for acompanhada de um desenvolvimento orientado para o progresso social e económico do País. A saída para o nosso País só pode residir na nossa capacidade de desenvolvermos plenamente os recursos humanos e materiais que possuímos.

Somos um País com os recursos humanos necessários — gente laboriosa, dedicada, capaz de ter iniciativa e de fazer coisas novas. Mas toda essa riqueza humana tem de encontrar o enquadramento que a faça multiplicar-se e traduzir-se também em riqueza económica. Para que tal aconteça, é indispensável que a democracia esteja claramente orientada para as finalidades do desenvolvimento. A verdadeira estabilidade do regime está no dinamismo do desenvolvimento e na articulação constante entre as finalidades do desenvolvimento e o funcionamento das instituições democráticas. É essa tarefa que se impõe a todos os níveis do Estado.

ACÇÃO POLÍTICA COMO EXERCÍCIO

«T» — Com que apolos conta?

M.L.P. — Com o apoio de homens e mulheres que entendem a acção política como um serviço exercido para o bem da comunidade e que vivem essa acção política com o entusiasmo dos que têm como causa a realização de uma vida melhor para todos.

«T» — São boas vontades disponíveis...

M.L.P. — Não só, apesar da disponibilidade ser já muito num tempo e numa sociedade onde grassam os clientelismos e as «benesses». São homens e mulheres que exprimem a exigência de defender a democracia e dignificar a acção política e de contribuir, através das próximas



«Face à instabilidade política que reina no País e à degradação das condições de vida dos portugueses, é um imperativo ético o exercício das responsabilidades que cada um de nós sente que pode assumir.»

«Uma candidatura não é um acto isolado na vida política. A sua concretização tem de corresponder, em primeiro lugar, à existência de um propósito claro sobre o futuro do nosso País. Esse propósito existe e em devido tempo será tornado público.»

eleições presidenciais, para uma nova etapa da vida portuguesa. Fazem-no, sobretudo, na convicção de que a vida política portuguesa já não comporta mais partidário, sob pena de a democracia sofrer sérios riscos. Querem, por isso, um candidato democrata e independente que possa estabelecer uma relação de trabalho com todos os partidos políticos sem excepção, e que dê às forças sociais, já organizadas ou ainda em formação, a certeza de que contam por si próprias e não pelos seus vínculos partidários.

«T» — São pessoas com experiência política?

M.L.P. — Alguns são militantes de diversos partidos políticos, portanto gente com experiência política, mas também cidadãos independentes que têm participado na sua maioria, em iniciativas cívicas, culturais e políticas. Claro que uns e outros, não pertencem ao grupo das escasas centenas de pessoas que só entendem a política como uma actividade sectária e negocial. Basicamente são pessoas que acreditam que é possível fazer cumprir a Constituição nas suas regras fundamentais. São pessoas que querem pôr a funcionar o nosso País.

PARTIDOS NÃO PODEM INVERTER LÓGICA

«T» — Os partidos políticos olham desconfiados, como sabe, para movimentações que escapam ao seu controlo directo. Não é isso que se está a passar em relação à sua candidatura?

M.L.P. — Temos de nos entender...

Os partidos têm obviamente toda a legitimidade para apoiar uma candidatura se o quiserem fazer. Mas não podem inverter a lógica constitucional e política substituindo-se à capacidade de juízo e à liberdade de consciência dos cidadãos. De acordo com a Constituição da República os candidatos para as Presidenciais são propostos por cidadãos eleitores e não por partidos. O Presidente da República é o único órgão do poder político central (Presidente da República, Assembleia da República, Governo, Tribunal Consti-

tucional, Conselho de Estado) cuja proposta de candidatura e eleição não requer, constitucionalmente, nenhuma interferência partidária. Assim sendo, penso que o empenhamento dos partidos nas eleições presidenciais é importante mas deve ser feito de tal modo que não descaracterize a realidade: o chefe de Estado é iniciado que é iniciado como cidadão, que se apresenta a sufrágio por si próprio.

«T» — O que é que a leva a demarcar — tão definitivamente — a natureza independente da candidatura à Presidência da República?

M.L.P. — Repare, o PR é o único órgão político que por ser unipessoal representa a totalidade dos portugueses. É, por assim dizer, o «procurador» dos interesses de todos os portugueses, ao mais alto nível do Estado. Ora, para que essa representação seja genuína, o processo de candidatura não pode situar-se na estreita dependência partidária.

São todos os cidadãos que têm representação através do PR e não apenas os inscritos nos partidos políticos. Não é difícil perceber que a função presidencial seria, logo à partida, distorcida, se os candidatos eleitos se colocassem prioritariamente como emanação da vontade dos partidos.

Uma candidatura independente é aquela que coloca como fundamental a questão da estabilidade, tirando a função presidencial definida na Constituição, todas as suas consequências. Para ser eficaz terá de colocar acima de tudo a questão nacional e exigir mais do funcionamento da democracia representativa mas sim o encetar de um processo activo de desenvolvimento por vias rigorosamente democráticas.

«T» — Com que instrumentos entende que o futuro PR poderá inverter (ou ajudar a inverter) a situação do País?

M.L.P. — A nossa Constituição consagra um regime de distribuição de poderes que confere ao Presidente um papel político determinante. Basta lembrar que o PR é o garante do funcionamento das instituições democráticas, da unidade do Estado e da independência nacional. Parece-



Ora o que está em causa é bem diferente.

É preciso dignificar o Estado pelo exercício democrático da autoridade.

É preciso combater eficazmente a corrupção.

É preciso fazer funcionar a economia e desenvolver o País.

É preciso fazer o urgente aproveitamento dos recursos nacionais tanto materiais como humanos.

É preciso ter uma política externa activa, patriótica e independente em que os graus de dependência inevitáveis sejam riscos calculados sem demora.

É preciso defender a nossa cultura e reformar o ensino.

É preciso preparar Portugal e os nossos jovens para o futuro que é a um tempo difícil e estimulante.

Ora tudo isto se faz com trabalho, perseverança, firmeza, honestidade e competência e pode ser feito dentro do actual quadro constitucional.

«T» — Sr.ª eng.ª, isso quer dizer que a sua candidatura traz um projecto de mudança?

M.L.P. — A minha candidatura situa-se inequivocamente no quadro da Constituição que nos rege. Ao mesmo tempo, traz consigo uma nova etapa da concretização da nossa Lei Fundamental. Nesse sentido, não é uma candidatura de ruptura mas de mudança.

Na actual e grave situação da vida portuguesa seria irresponsável da minha parte uma candidatura que não propusesse a clara inversão do processo de estagnação dos portugueses e a criar condições atenciosas da dignidade dos indivíduos e do Estado.

«T» — A sua candidatura é apontada como capaz de fracturar o movimento eanista. Será que a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo está mesmo disposta a jogar marginalmente ao PRD?

M.L.P. — Repare que, por definição, o partido eanista só tem uma figura forte que faça a sua unanimidade e não o fracture: o general Ramalho Eanes. É natural e legítimo. Por outro lado, o PRD não é só mais um partido.

Vai ser, todos o esperamos, um partido novo. Se o for, entenderá de outra maneira o papel dos partidos nas eleições presidenciais. Estará, espera-se, na primeira linha de uma democracia renovada em que liberdade de consciência e de decisão de cada pessoa é um valor supremo. Aproveitará certamente as eleições presidenciais para devolver aos seus filiados a independência na escola do candidato que desejam propor e a capacidade organizativa de se movimentarem para que novas práticas políticas renovem, de facto, a vida portuguesa. É nesse contexto que se percebe como profunda e patriótica a razão que tem levado os dirigentes do novo partido a afirmarem que a questão das presidenciais não é prioritária para a sua estratégia política e a actuarem em coerência com essa afirmação.

«T» — Sem querer entrar em fulanização, como interpreta as eventuais candidaturas de Mário Soares, Firmino Miguel, Alberto J. Jardim ou Menezes Alves?

M.L.P. — Tenho como norma de comportamento político não me pronunciar sobre outras eventuais candidaturas, nem sobre outros quaisquer protagonistas da vida política.

REVISÃO CONSTITUCIONAL PARECE-ME SER ALIBI

«T» — É então contra a revisão da Constituição no que diz respeito aos poderes dos órgãos de soberania?

M.L.P. — As questões agora levantadas, prematuramente, à volta de uma revisão constitucional parecem-me ser mais um alibi para justificar a estagnação da vida económica e a ausência de vontade política. Por isso, não considero necessário servirmo-nos desse alibi para dar o conteúdo de intervenção necessária à função presidencial no futuro.

Rejeito as duas interpretações maximalistas que aparecem com frequência acerca da forma como deve ser encarada a função presidencial: a que vê a função presidencial como de importância secundária, e a que considera que para se ser presidente tem que se assumir uma perspectiva de ruptura com o regime.